CEDI - P. I. B.
DATA 21.02.92
COD. Eco 92

5

a critica

Manaus, sexta-feira, 21 de fevereiro de 1992

Palestra aquece polêmica sobre meio ambiente

A palestra sobre o tema "A Participação do Brasil na Conferência do Rio de Janeiro: Análise do Relatório Nacional e das Posições Brasileiras" acabou por "deduzir", através de um representante da equipe de 80 cientistas que formulou o Relatório Brasil, George Martine, um representante de uma Organização Não-Governamental, João Paulo Capobianco e um sociólogo "neutro", Roberto Guimarães, que o Brasil não tem e nunca teve uma política ambiental definida, o que só dificultou na feitura do próprio Relatório conjunto sintético (3.500 páginas) do que o País fez até agora por seu meio ambiente e o que pretende fazer pós-ECO 92.

Como era o dia das polêmicas entre os participantes da mesa, Martine e Capobianco (do Fórum das ONGs e da SOS Mata-Atlântica) discordaram quanto ao nível de "democracia" em que foi produzido o Relatório. Preocupado com os "efeitos colaterais" da ECO 92, Capobianco pede que haja mais "publicidade" do que o que "alguns brasileiros" vêm decidindo como os desejos de todos os brasileiros para a ECO. "Já que o Relatório Brasil foi decidido de portas fechadas, não podemos deixar que o que vai ser levado como propostas brasileiras para o 4o. Prepcôm (encontro preparatório para a ECO, a se realizar em Nova Iorque no início de março), seja levado para lá sem discussão, sem o olhar das ONGs ou de outros grupos representantes da sociedade civil", alerta. Capobianco comenta ainda um dos pontos do Relatório Brasil, que diz que o País não aceita monitoramento externo, "mas como que não aceita se não há tecnologia necessária dentro do Brasil para que ele possa se desenvolver?", questiona. Para ele, monitorar não significa "interferir na soberania brasileira, mas que o País é aberto para que se acompanhe a obra.

Roberto Guimarães discorda de Capobianco dizendo que o Relatório

Brasil "é uma radiografia do País", garantindo que, para ser realizado teve a presença de cientistas de todo o País (no Amazonas foram os cientistas do Inpa, Enéas Salatti e Philip Fernside), e foi distribuído para as agências de Correio de todo o País. E acusa: "o que houve foi interesse da população que fez pouco caso (e faz) da importância da ECO".

Quanto aos "pruridos" do Relatório Brasil quanto à repulsa ao monitoramento estrangeiro, Roberto esclarece dizendo que o monitoramento da maneira como Capobianco havia entendido "não era o correto: o que o Relatório quer dizer quanto a isso é que o monitoramento tem de ser recíproco, sem condicionamentos a nada, tipo só vou ajudar você se me der um pedaço de terra".

Metropolização — George Martine, sociólogo brasileiro autor do capítulo sobre População do relatório Brasil, termina a polêmica dizendo que o certo é que "apesar do País não ter uma política de meio ambiente definida, o Relatório Brasil, num tempo recorde de dois meses de elaboração, está aí", declara. Martine, em seu texto no Relatório, diz ter estado muito preocupado com a questão da concentração progressiva, como uma tendência nacional, na metropolização das cidades.

Segundo ele, no ano de 2005, cerca de 50% da população mundial viverá na região urbana. "Hoje, em todo o País há uma tendência ao homem fugir do campo (interior) para a cidade grande, o que não é novidade há mais de quatro décadas no País", diz. Ele considera que para mudar o quadro "assustador" demonstrado pelo senso do IBGE/91, que aponta que 74% da população brasileira vive nas capitais (e Manaus é um bom exemplo, onde vivem 70% da população do Amazonas).

A solução, de acordo com ele próprio, é mesmo "trazer a cidade grande para o interior, ou seja, trazer os benefícios básicos para a vida humana (que, às vezes, nem existem nem na capital, mas o interiorano acredita que vai encontrar essas vantagens). Benefícios como saneamento básico e prática do desenvolvimento sustentado".